

MANUAL DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS DESDE OS TERRITÓRIOS:

Mulheres, cuidado
comunitário e justiça
ambiental na América Latina
a partir das experiências dos
movimentos populares -
UMM-SP

Cleonice Dias dos
Santos Hein

Maria das Graças de Jesus
Xavier



Ficha técnica

COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO MANUAL

Maria das Graças de Jesus Xavier - Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e integrante da Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe (RMYH-LAC)

PESQUISA, SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO

Cleonice Dias dos Santos Hein - Assistente social, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS/PUC-SP) e pesquisadora colaboradora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Baixada Santista (UNIFESP).

DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Oliveira - Jornalista, Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC.

FOTOGRAFIAS

Acervo do projeto e UMM-SP, Secretaria de Mulheres

REALIZAÇÃO

- Agência Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)
- União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)

APOIO INSTITUCIONAL

- Fundación Guatemala
- Colectivo Mujeres al Poder
- Fundación AVP
- CISCOSA – Ciudades Feministas
- SUR Corporación de Estudios Sociales y Educación
- Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe

PROJETO

Fortalecimiento de Liderazgo y Participación de Mujeres para Avanzar hacia Cuidados Feministas y Territorios que Cuidan

São Paulo
2026

Facilitadoras, palestrantes e convidadas

Maité Rodríguez

Coordenadora da Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe (RMYH-LAC) e da Fundación Guatemala.

Maria das Graças de Jesus Xavier

Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e integrante da Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe (RMYH-LAC).

Cleonice Dias dos Santos Hein

Assistente social, coordenadora da assessoria técnica Ambiente Trabalhos Para o Meio Habitado, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS/PUC-SP) e pesquisadora colaboradora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Baixada Santista (UNIFESP).

Evaniza Rodrigues

Assistente social, mestre em Arquitetura e Urbanismo e militante do Movimento Sem Terra Leste 1.

Profa. Dra. Tânia Diniz

Assistente social, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), coordenadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Baixada Santista e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS/PUC-SP).

Fátima dos Santos

Coordenadora Estadual da Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e militante do Movimento de Moradia da Região Sudeste.

Renata Miron

Arquiteta, coordenadora da assessoria técnica Ambiente Trabalhos Para o Meio Habitado, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP).

Mulheres participantes da Secretaria de Mulheres da UMM-SP

Amália Penides da Silva
Clair Helena Peixoto Oliveira dos Santos
Deuci Teodoro Fantinelli
Elenice dos Santos
Evaniza Lopes Rodrigues
Francisca Lima Almeida
Juscilene Sena dos Santos
Letícia Santos Gabriel
Luana Andressa Machado de Araújo
Luiza Barbosa da Silva
Marcia Aparecida Silva Falcão Teles
Maria Aparecida da Silva
Maria Aparecida Mattos
Maria Barbosa Rastelli
Maria Conceição Apolinária Guimarães
Maria das Graças de Jesus Xavier
Maria de Fátima Costa
Maria de Fátima dos Santos
Marilene Ribeiro de Souza
Marli Baffini
Neuma Silva Oliveira Cruz
Neurani Rodrigues gomes
Olga Luisa Leon de Quiroga
Rafaela Santos
Severina da Silva Souza
Sheila Cristiane Santos Nobre
Sonia Maria da Silva
Telma da Silva Pinho
Terezinha Feitosa de Jesus
Vani Poletti
Vera Lúcia Maurício de Lima
Vera Lúcia Dias Padilha
Virginia Aparecida dos Santos
Vitória Regina Lima Ramos

Coordenação da UMM-SP

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Donizete Fernandes
Maria das Graças de Jesus Xavier Sidnei Pita
Marta Pereira de Araújo
Marilene Ribeiro de Souza Maria Aparecida Mattos Vani Poletti
Maria de Fátima dos Santos Marcia Aparecida S. Falcão Teles José de Jesus Ferreira da Silva Cristiane Gomes Lima
Vera Lúcia M. Lima Neuma Silva de O. Cruz
Vagner Ricardo Perri Camarotto

Sumário

FICHA TÉCNICA.....02

FACILITADORAS, PALESTRANTES E CONVIDADAS.....03

MULHERES PARTICIPANTES DA SECRETARIA DE MULHERES DA UMM-SP E COORDENAÇÃO DA UMM-SP.....04

1. INTRODUÇÃO: Direito à cidade, contexto político e desafios contemporâneos, as mulheres e justiça climática na América Latina.....07

2 BREVE ANÁLISE DOS DADOS INDICADOS PELAS MULHERES INSCRITAS NAS ATIVIDADES12

3. APRESENTAÇÃO DAS JORNADAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO24

4. A GIRA DE INCIDÊNCIA: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VIVÊNCIAS TERRITORIAIS.....35

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Circulação de saberes, cuidado comunitário e incidência a partir dos territórios.....45

Apresentação

Este manual é resultado de um processo articulado de formação política, troca de saberes e fortalecimento das articulações entre mulheres e lideranças populares de diferentes territórios da América Latina, construído a partir de dois espaços centrais e complementares de produção coletiva de conhecimento: as Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências, Justiça Ambiental, Moradia e Direito à Cidade e a Gira de Lideranças, realizada de forma presencial no Brasil.

As Jornadas e a Gira foram organizadas pela Secretaria de Mulheres da UMM-SP, em parceria com organizações, redes e instituições comprometidas com a luta pelo direito à moradia, pela justiça ambiental e pelo direito à cidade, no âmbito do projeto “Fortalecimento de Lideranças e da Participação de Mulheres para Avançar em Direção a Cidades Feministas e Territórios que Cuidam”. O projeto é financiado pelo programa ELLAS+ da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e implementado por meio de um Acordo de Cooperação Internacional entre a Fundación Guatemala e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), com a participação da UMM-SP como organização parceira no Brasil.

As Jornadas e a Gira integram a atividade de transferência de instrumentos territoriais para o cuidado e de metodologias de incidência política de mulheres de base, prevista no projeto, e se constituem como espaços de diálogo, articulação e circulação de conhecimentos construídos a partir das experiências concretas dos territórios. Ao reunir mulheres de diferentes países, contextos e trajetórias, esses espaços fortaleceram conexões regionais e ampliaram o intercâmbio de práticas, saberes e estratégias de luta.

A sistematização desenvolvida nesta escrita não tem como objetivo esgotar os debates realizados nem

produzir novos conteúdos teóricos.

Seu propósito é organizar e tornar transferíveis os principais temas, práticas e aprendizagens construídas ao longo desse processo, tomando como ponto de partida as experiências compartilhadas pelas participantes, convidadas e organizações envolvidas.

Trata-se, portanto, de um manual de transferência de conhecimentos, voltado especialmente a mulheres organizadas, lideranças populares, movimentos sociais, redes e equipes técnicas que atuam nos territórios. O foco está nas práticas vivas de organização popular, incidência em políticas públicas, cuidado comunitário, autogestão da moradia e luta por justiça ambiental e direito à cidade, tal como foram debatidas, tensionadas e construídas coletivamente.

Este manual expressa, assim, uma aposta política: a de que os saberes produzidos pelas mulheres nos territórios, a partir de suas lutas, práticas e experiências de cuidado e resistência, são fundamentais para a construção de cidades feministas comprometidas com o cuidado, a justiça socioambiental e a sustentabilidade da vida, e que esses saberes devem circular, fortalecer-se e multiplicar-se para além de seus contextos de origem.

A partir dessa compreensão sobre a origem, os objetivos e o sentido político deste manual, a seção seguinte apresenta o contexto analítico no qual as Jornadas e a Gira se inserem, situando os debates sobre direito à cidade, mulheres e justiça climática no cenário latino-americano contemporâneo.

Neste sentido, é fundamental compreender por que esses temas se tornaram centrais, quais disputas os atravessam e de que modo dialogam com as experiências concretas vividas nos territórios.

1. INTRODUÇÃO: Direito à cidade, contexto político e desafios contemporâneos, as mulheres e justiça climática na América Latina.

O debate sobre o direito à cidade, na América Latina, tem se consolidado como um campo de disputas políticas profundamente atravessado por desigualdades sociais, territoriais e ambientais.

Longe de se restringir a uma formulação normativa ou institucional, esse debate emerge das experiências concretas de urbanização desigual, da precarização das políticas públicas e da intensificação dos conflitos socioambientais, especialmente nos territórios populares.

No Brasil e nos demais países envolvidos neste processo, como Guatemala, El Salvador, Colômbia e Chile, os impactos da crise climática se manifestam de forma direta no cotidiano urbano e comunitário, por meio de enchentes, deslizamentos, escassez de água, insegurança alimentar, precariedade habitacional e ausência de infraestrutura básica.

Esses processos não afetam todos da mesma forma. São as mulheres, especialmente as mulheres pobres, periféricas, indígenas e racializadas, que assumem centralmente a gestão da vida cotidiana, do cuidado comunitário e das estratégias de permanência nos territórios.

Nesse cenário, o direito à cidade não pode ser compreendido apenas como acesso formal à moradia ou aos serviços urbanos. Ele se articula ao direito ao cuidado, à permanência, à mobilidade, à participação política e à produção coletiva do território, incorporando dimensões historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas tradicionais.

A cidade, longe de ser um espaço neutro, é um campo de conflitos, onde se expressam relações de poder, desigualdades de gênero e disputas em torno dos usos e sentidos do território.

As experiências dos movimentos populares latino-americanos demonstram que as mulheres não são apenas afetadas por esses processos, mas protagonistas na construção de alternativas. A partir da organização comunitária, da autogestão da moradia, da incidência

política e da criação de redes de cuidado, as mulheres produzem práticas e conhecimentos que tensionam modelos urbanos excludentes e apontam para outras formas de viver, cuidar e governar a cidade.

É nesse contexto político e territorial que se inserem as Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências – Justiça Ambiental, Moradia e Direito à Cidade e a Gira de Lideranças, entendidas não como eventos isolados, mas como espaços de articulação, formação política e circulação de saberes entre mulheres e lideranças populares de diferentes territórios da América Latina.

Ao mesmo tempo, a crescente centralidade da pauta climática no cenário internacional, com destaque para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada no Brasil, em 2025, na cidade de Belém (PA), ampliou as disputas em torno de quem define as soluções para a crise climática e a partir de quais perspectivas.

A COP é um espaço global de negociação entre Estados, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil sobre políticas de enfrentamento às mudanças climáticas, historicamente marcado por forte assimetria de poder e pela predominância de abordagens tecnocráticas e mercantilizadas.

Nesse contexto, a realização da COP30 no Brasil conferiu especial relevância à presença e à incidência de movimentos populares, organizações sociais e lideranças de base, em particular das mulheres que vivenciam cotidianamente os impactos da crise climática nos territórios urbanos e rurais. Para além de um evento internacional, a COP30 tornou-se um marco político, que tensiona a necessidade de conectar a agenda climática global às experiências concretas de moradia, cuidado, permanência no território e justiça socioambiental.

É a partir dessa compreensão que se estrutura o percurso formativo, cuja metodologia e passos práticos de mobilização são apresentados a seguir.

1.1 Metodologia do processo formativo, de mobilização e de construção do manual

A metodologia adotada ao longo das Jornadas e da Gira partiu do entendimento de que processos de formação política com mulheres e lideranças populares devem reconhecer e dialogar com os saberes já existentes nos territórios, criando condições para sua troca, aprofundamento e articulação coletiva.

Desde a etapa inicial, a organização das Jornadas foi construída por meio de reuniões sistemáticas entre a coordenação do processo, a equipe técnica e as organizadoras vinculadas à Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia, nas quais foram definidos os eixos temáticos, os formatos das atividades, as estratégias de mobilização e os critérios de acompanhamento e avaliação do processo.

Como parte desse percurso, foi elaborado um formulário eletrônico (Google forms) de inscrição, disponibilizado em português e espanhol, com o objetivo de viabilizar a participação de mulheres de diferentes países e contextos linguísticos.

O formulário foi composto por perguntas fechadas e abertas, abordando aspectos como perfil das participantes, vínculos organizativos, temas de interesse, motivações para a participação e experiências que desejavam compartilhar.

A opção por incluir perguntas abertas, especialmente na etapa final do formulário, buscou garantir um espaço livre de expressão, permitindo que as participantes trouxessem elementos que considerassem relevantes, mesmo que não estivessem contemplados nas perguntas fechadas. Dessa forma, o formulário cumpriu um papel central não apenas como instrumento de inscrição, mas como ferramenta de leitura inicial do campo, possibilitando compreender quem eram essas mulheres, o que esperavam das atividades e quais experiências atravessavam suas trajetórias.

As informações obtidas por meio desse instrumento contribuíram para ajustar e qualificar os conteúdos das Jornadas, articulando os temas já previstos no processo com as demandas, interesses e experiências expressas pelas próprias participantes. Nesse sentido, o formulário não foi utilizado como mecanismo de controle, mas como dispositivo de aproximação, orientando escolhas pedagógicas e políticas ao longo do percurso.

A mobilização das participantes ocorreu de forma articulada, combinando a produção de materiais visuais, a circulação de informações por diferentes canais de comunicação e a atuação direta das lideranças e organizações nos países envolvidos, responsáveis por convocar mulheres em seus territórios.

Considerando a diversidade linguística, as organizadoras contrataram uma intérprete e as atividades contaram com tradução simultânea entre português e espanhol, assegurando condições efetivas de participação, diálogo e troca entre todas as participantes.

A partir dos contatos coletados no formulário de inscrição, as organizadoras das Jornadas criaram um grupo coletivo de WhatsApp, reunindo aproximadamente 210 mulheres inscritas, de diferentes países da América Latina. Esse grupo foi concebido como um

dispositivo metodológico de comunicação, articulação e construção de rede, utilizado inicialmente para o envio de informações, lembretes e links de acesso às atividades.

Ao longo do processo, o grupo de WhatsApp se consolidou como um espaço ativo de troca entre as participantes, permitindo o compartilhamento de experiências, materiais, informações e reflexões, para além dos momentos formais das Jornadas. Mesmo após o encerramento das atividades, o grupo permaneceu em funcionamento, evidenciando seu papel como espaço informal de articulação política e continuidade das relações construídas.

O processo formativo combinou momentos virtuais, por meio das Jornadas, e momentos presenciais, por meio da Gira, entendidos como estratégias complementares de formação, vivência territorial e fortalecimento de vínculos. Embora a Gira tenha ocorrido fisicamente no Brasil, ela reuniu lideranças de diferentes países envolvidos no projeto, configurando-se como um espaço presencial de troca internacional e latino-americana.

Essa combinação permitiu articular experiências enraizadas nos territórios locais, conectá-las às dinâmicas nacionais dos movimentos e das políticas públicas, e ampliar a troca e a construção de leituras comuns no âmbito regional latino-americano, fortalecendo vínculos políticos para além das fronteiras nacionais.

A partir desse percurso metodológico, o formulário de inscrição passou a constituir também uma fonte de dados quantitativos e qualitativos, cuja análise permite compreender o perfil das participantes, os interesses mobilizados, as motivações para a participação e as experiências que atravessam esse processo formativo.

É sobre essa base empírica, construída a partir das respostas das mulheres inscritas, que se estrutura o capítulo seguinte, dedicado à análise dos dados do formulário de inscrição, buscando compreender de que modo expectativas, interesses e experiências informaram os conteúdos e os debates desenvolvidos ao longo das Jornadas e da Gira.

Para além dos dados obtidos por meio dos formulários iniciais, a construção deste trabalho incorporou uma importante dimensão de escuta ativa e registro das experiências orais. Foram coletados depoimentos qualitativos de lideranças que atuam na linha de frente dos grupos de base e na coordenação da Secretaria de Mulheres da UMM-SP como **Maria das Graças de Jesus Xavier, Vera Lúcia Dias Padilha, Neuma Silva Oliveira Cruz e Maria de Fátima.**

Essas mulheres combinam a vivência cotidiana no movimento popular com a responsabilidade de sustentar as lutas territoriais e coordenar as atividades do projeto.

Essa escolha metodológica buscou compreender as percepções, os aprendizados e os impactos políticos do intercâmbio a partir da subjetividade e da memória das participantes, e neste Manual, das participantes brasileiras.

A inclusão dessas narrativas orais cumpre um papel analítico fundamental, pois assume os relatos não como meras confirmações da teoria, mas como fontes de produção de conhecimento e atribuição de sentido à realidade histórica.

Ao articular o conteúdo das Jornadas virtuais e da Gira presencial, as vozes dessas lideranças revelam como a transferência de saberes se materializa na subjetividade militante, transformando a consciência de território e consolidando redes de solidariedade e articulação política na América Latina.

Dedica-se a próxima seção à análise detalhada dos dados obtidos, buscando compreender de que modo as expectativas, interesses e vivências das participantes informaram os conteúdos e os debates construídos ao longo de todo o intercâmbio.

2. BREVE ANÁLISE DOS DADOS INDICADOS PELAS MULHERES INSCRITAS NAS ATIVIDADES

Este capítulo apresenta uma análise dos dados coletados por meio do formulário de inscrição (Google Forms) aplicado às participantes das Jornadas. Os dados aqui sistematizados articulam dimensões quantitativas e qualitativas e têm como objetivo compreender quem se mobilizou, quais agendas aparecem como prioritárias, quais motivações atravessam a participação e que experiências as mulheres desejam colocar em circulação. Mais do que descrever um perfil, a análise busca interpretar o que esses dados revelam sobre a construção de redes políticas entre mulheres, a centralidade do território e a articulação entre moradia, cuidado e justiça socioambiental.

2.1 Mobilização e alcance territorial da convocação

A procura pelas Jornadas constitui um resultado direto do processo coletivo de planejamento, mobilização e politização dos instrumentos metodológicos adotados no âmbito do projeto.

As estratégias de convocação, construídas de forma articulada entre a coordenação do projeto, as equipes nacionais e as lideranças dos movimentos, ativaram redes já existentes e produziram um chamamento capaz de mobilizar mulheres de diferentes territórios e países.

O resultado desse processo foi a realização de aproximadamente 210 inscrições, provenientes exclusivamente dos cinco países previstos no projeto: Brasil, Guatemala, Colômbia, El Salvador e Chile. A distribuição das inscrições sugere a capacidade de mobilização das organizações e lideranças envolvidas, em cada contexto regional e nacional.

Do total de inscrições, o Brasil concentrou cerca de 52,7%, seguido por Guatemala (23,7%), Colômbia (10,1%), El Salvador (7,7%) e Chile (5,8%).

Esses dados refletem, por um lado, o papel central das organizações brasileiras na articulação e difusão da chamada e, por outro, a capacidade das organizações parceiras nos demais países de acionar suas redes e estimular a participação das mulheres.

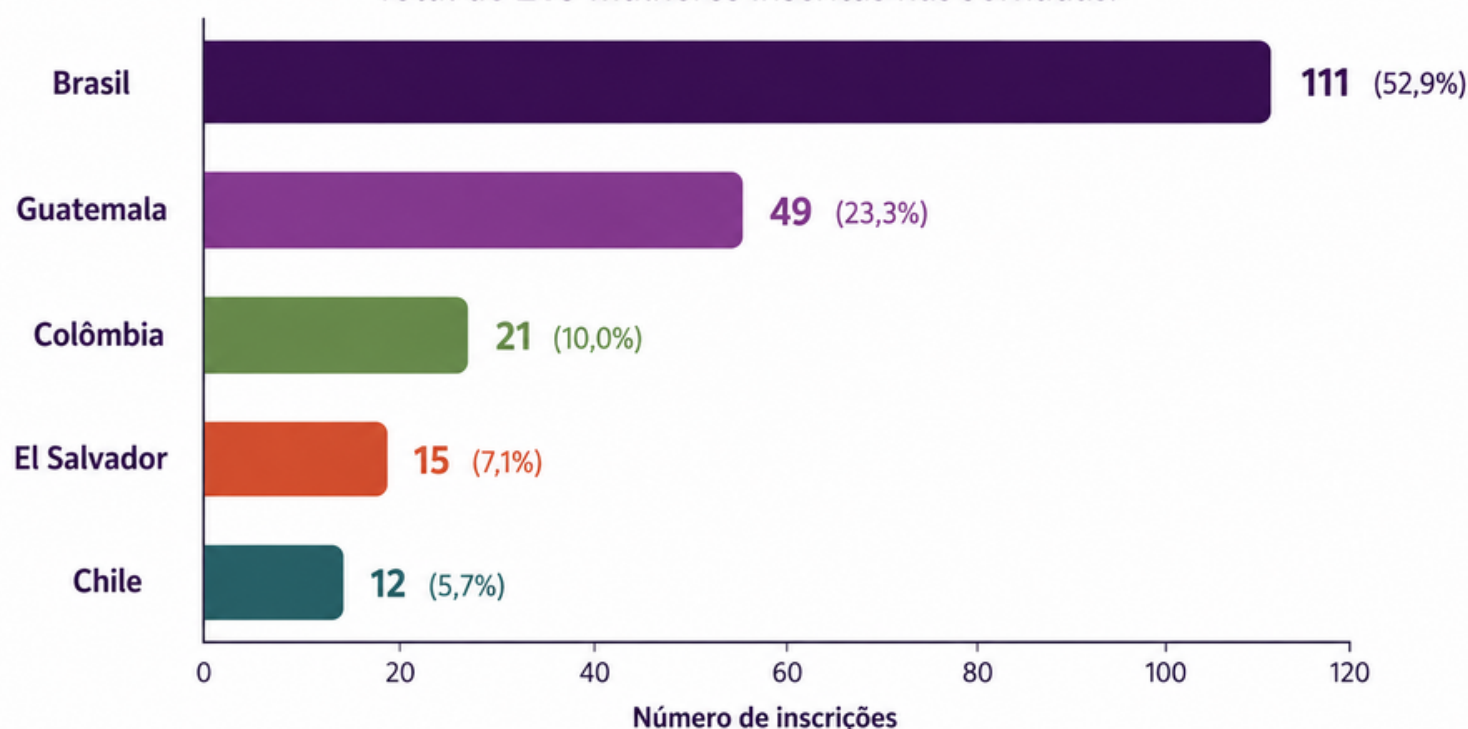
Para além da distribuição numérica das inscrições, os dados evidenciam a capacidade de mobilização das organizações e lideranças envolvidas na realização das Jornadas nos diferentes países participantes.

A expressiva adesão registrada em todos os contextos nacionais demonstra que a convocação alcançou mulheres vinculadas a distintos territórios e experiências organizativas, favorecendo o encontro entre trajetórias coletivas de atuação.

Nesse sentido, as Jornadas constituíram um espaço de articulação e intercâmbio entre mulheres de diferentes países da América Latina, reunindo experiências diversas em torno de desafios comuns relacionados à moradia, ao direito à cidade, à justiça ambiental e ao fortalecimento da organização coletiva.

Gráfico 1 – Distribuição das inscrições por país (2025)

Total de **210** mulheres inscritas nas Jornadas.



Nota: Dois registros não continham informação sobre o país de origem e, por isso, não foram representados no gráfico.

Fonte: Elaboração própria, a partir das inscrições das Jornadas.

Para além de um dado quantitativo, a mobilização de cerca de 210 mulheres revela a potência política do projeto enquanto espaço de convocação regional, capaz de produzir interesse, adesão e expectativa em torno das Jornadas.

A cada vez que eu ouvia uma mulher de cada país, da Colômbia ou de El Salvador, ou de Guatemala, fazendo a pergunta e a gente explicando, e elas falando assim: 'nossa, agora eu entendi por que tem que ser desse jeito'. Ou quando nossas mulheres brasileiras perguntavam como que elas faziam para poder conquistar as coisas no país (...) e as nossas mulheres falavam assim: 'ó, isso é legal, isso a gente pode adaptar aqui no Brasil'. ... Eu acredito que essa transferência de conhecimento é exatamente assim, uma das coisas mais enriquecedoras que eu já participei. (Maria das Graças de Jesus Xavier, 2026)

Esse resultado indica que o processo metodológico adotado, ao articular formação, cuidado, incidência política e horizonte convocante, conseguiu transformar a chamada em um movimento de mobilização, e não apenas em um convite formal à participação.

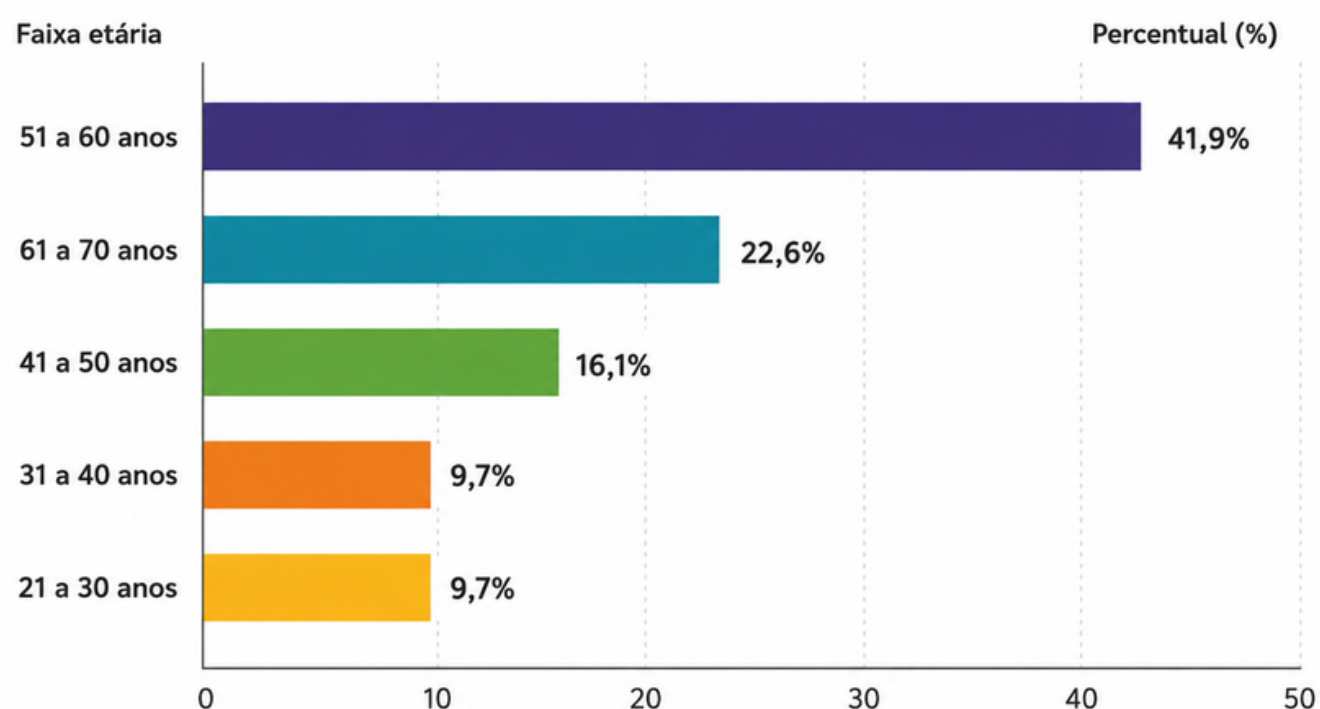
2.2 Perfil geracional das participantes e transmissão de saberes

A análise da variável idade permite identificar o perfil geracional das mulheres mobilizadas a partir da chamada das Jornadas. Observa-se uma predominância de mulheres adultas e mais velhas, com forte concentração nas faixas etárias entre 51 e 60 anos e 61 e 70 anos.

Do total de inscrições analisadas, aproximadamente:

- 41,9% das participantes estão na faixa de 51 a 60 anos
- 22,6% na faixa de 61 a 70 anos
- 16,1% entre 41 e 50 anos
- 9,7% entre 31 e 40 anos
- 9,7% entre 21 e 30 anos

Gráfico 2 - Perfil etário das mulheres inscritas



Fonte: Elaboração própria, a partir das inscrições das Jornadas.

Esse perfil etário indica que a mobilização acionou, de forma significativa, lideranças e mulheres com longa experiência política, muitas delas responsáveis pela sustentação cotidiana das organizações e das lutas territoriais. Ao mesmo tempo, a presença, ainda que minoritária, de mulheres mais jovens aponta para processos intergeracionais em curso, fundamentais para a continuidade e renovação dos movimentos.

Do ponto de vista do projeto, esse dado reforça a importância das Jornadas enquanto espaço de reconhecimento, valorização e circulação dos saberes acumulados pelas mulheres, ao mesmo tempo em que cria condições para a troca entre diferentes gerações, fortalecendo processos formativos, de cuidado e de incidência política no longo prazo.

Do ponto de vista político, esse dado dialoga com uma dimensão muitas vezes invisibilizada: a sustentação cotidiana das lutas urbanas e territoriais é profundamente atravessada pelo tempo de vida, pela experiência acumulada e pelas responsabilidades de cuidado.

A predominância de faixas etárias mais elevadas indica que a mobilização alcançou, em grande medida, mulheres com trajetórias longas de vida e de participação social. Embora o dado etário, por si só, não permita inferir papéis específicos nos processos organizativos, ele

dialoga com pesquisas que apontam a centralidade das mulheres, especialmente as mais velhas, na sustentação do trabalho reprodutivo, do cuidado e das redes comunitárias.

No Brasil, dados oficiais do IBGE indicam que são as mulheres que concentram maior carga de trabalho não remunerado e de cuidado ao longo da vida, o que contribui para sua presença contínua em práticas de apoio familiar e comunitário (IBGE, 2018; 2021).

2.3 Inserção organizativa e formas de participação política

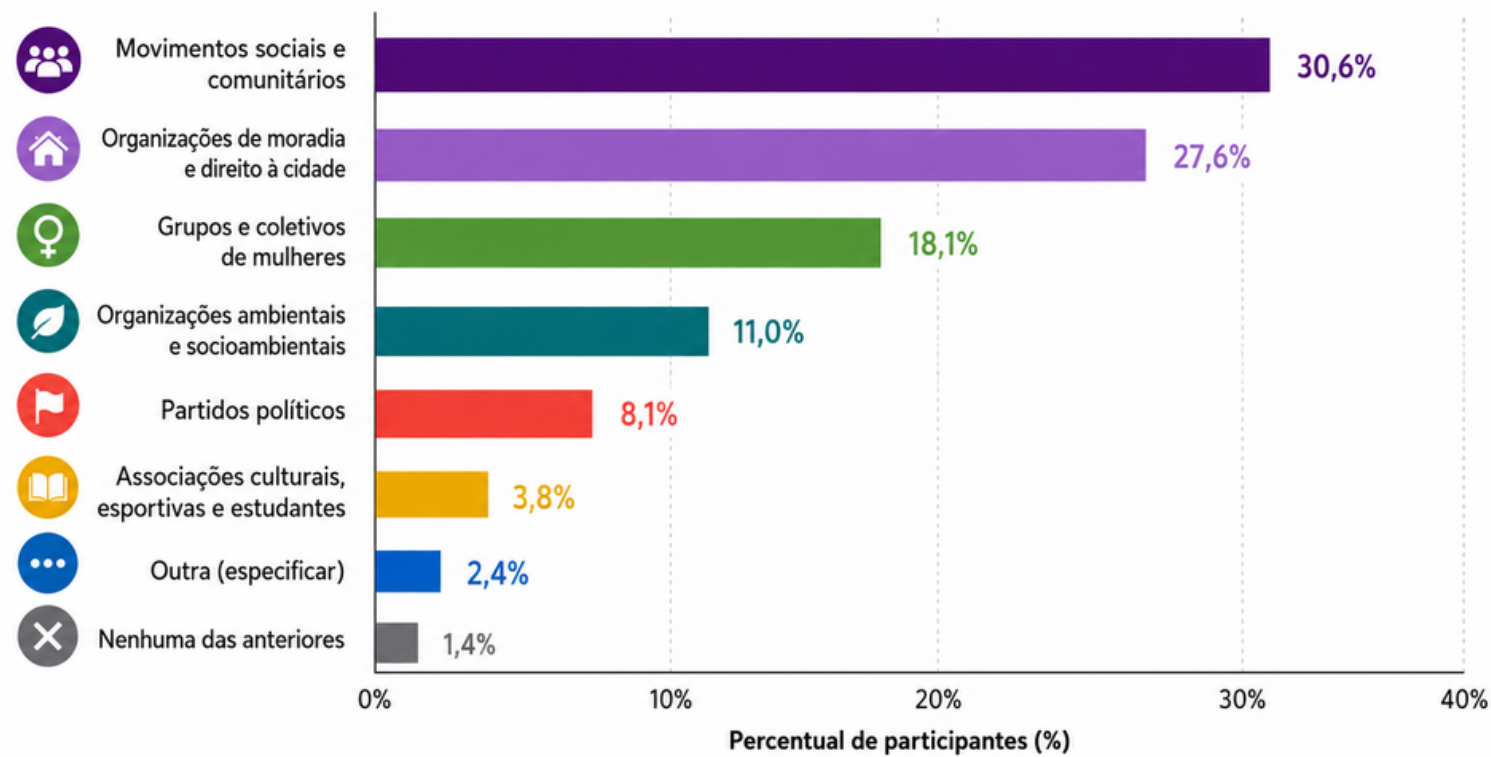
A análise das respostas à pergunta “*Você participa de alguma forma de organização política?*” indica que a mobilização das Jornadas alcançou majoritariamente mulheres já inseridas em diferentes formas de organização coletiva. Por se tratar de uma questão de múltipla escolha, as participantes puderam indicar mais de uma forma de participação.

Considerando o total de 210 mulheres inscritas, os dados revelam maior presença em movimentos sociais ou comunitários (30,6%), seguida da participação em organizações de moradia e direito à cidade (27,6%) e em grupos ou coletivos de mulheres (18,1%).

Também foram registradas participações em organizações ambientais e socioambientais (11,0%), partidos políticos (8,1%), associações culturais, esportivas ou estudantis (3,8%) e outras formas de organização (2,4%), enquanto apenas 1,4% afirmaram não participar de nenhuma organização.

Gráfico 3 – Participação em organizações políticas (2025)

(n = 210 participantes – respostas múltiplas)



Fonte: Elaboração própria, a partir das inscrições das Jornadas.

Embora representem uma parcela reduzida das participantes (1,4%), as mulheres que declararam não possuir vínculo com organizações ou movimentos no momento da inscrição indicam que a mobilização das Jornadas não se restringiu às redes organizadas já existentes, alcançando também participantes que ainda não integravam espaços coletivos de atuação política ou comunitária.

Esses dados revelam que as Jornadas não se restringiram a uma única matriz organizativa ou trajetória política. Pelo contrário, as Jornadas reuniram participantes inseridas em uma multiplicidade de espaços organizativos, integrando vivências comunitárias, institucionais, de moradia, feministas e temáticas.

Essa configuração demonstra que a convocatória mobilizou redes preexistentes de atuação política e comunitária, o que potencializou o intercâmbio de experiências entre diferentes coletivos, territórios e pautas de luta.

2.4 Temas de maior interesse e hipóteses analíticas

Com o objetivo de compreender as expectativas das participantes e orientar a construção dos conteúdos das Jornadas, o formulário de inscrição incluiu a pergunta “Quais temas têm mais interesse para você?”. Trata-se de uma pergunta de múltipla escolha, na qual cada participante pôde indicar mais de um tema. Dessa forma, os dados a seguir foram analisados a partir do número de menções por tema, e não por exclusividade de respostas.

A sistematização das respostas indica que os temas mais recorrentes foram luta por moradia, direito à cidade, organização de mulheres e autogestão/experiências comunitárias, todos com percentuais muito próximos entre si, aparecendo em cerca de 37,5% das menções cada um. Esse resultado aponta para a existência de um núcleo temático já consolidado nas trajetórias políticas e organizativas das participantes, fortemente ancorado nas experiências concretas de luta nos territórios.

A justiça ambiental, embora presente de forma significativa, aparece com menor recorrência explícita, concentrando aproximadamente 25% das menções. Esse dado abre espaço para hipóteses analíticas:

- Uma primeira hipótese é que impactos ambientais e climáticos (enchentes, saneamento precário, escassez de água, calor excessivo, degradação ambiental) são vividos cotidianamente pelas participantes, mas nem sempre nomeados como “justiça ambiental”. Esses problemas tendem a emergir como demandas imediatas, moradia, infraestrutura, permanência no território, e a fragmentação entre causa estrutural e efeito cotidiano pode dialogar com a lógica de alienação do capitalismo, que dissocia processos sistêmicos de suas manifestações concretas.
- Uma segunda hipótese é que a agenda da justiça ambiental, apesar de sua centralidade crescente no debate institucional e internacional, pode ainda ser percebida como um campo recente ou tecnificado quando não é traduzida a partir das experiências das mulheres nos territórios. Assim, o menor destaque explícito pode indicar menos desinteresse e mais desafio de tradução política e pedagógica.

Essas hipóteses foram consideradas como elemento estratégico para o desenho das Jornadas: o levantamento prévio dos interesses não teve como objetivo apenas confirmar temas já apropriados, mas também identificar lacunas e possibilidades formativas.

A partir dessa leitura, optou-se por fortalecer ainda mais a temática da justiça ambiental ao longo das Jornadas, articulando-a às lutas por moradia, ao direito à cidade, ao cuidado comunitário, à autogestão e à organização das mulheres.

Neste ponto, a COP30 aparece como marco contextual decisivo: ao trazer a pauta climática para o centro do debate global, ela recoloca a pergunta “quem fala sobre clima e desde onde fala?”.

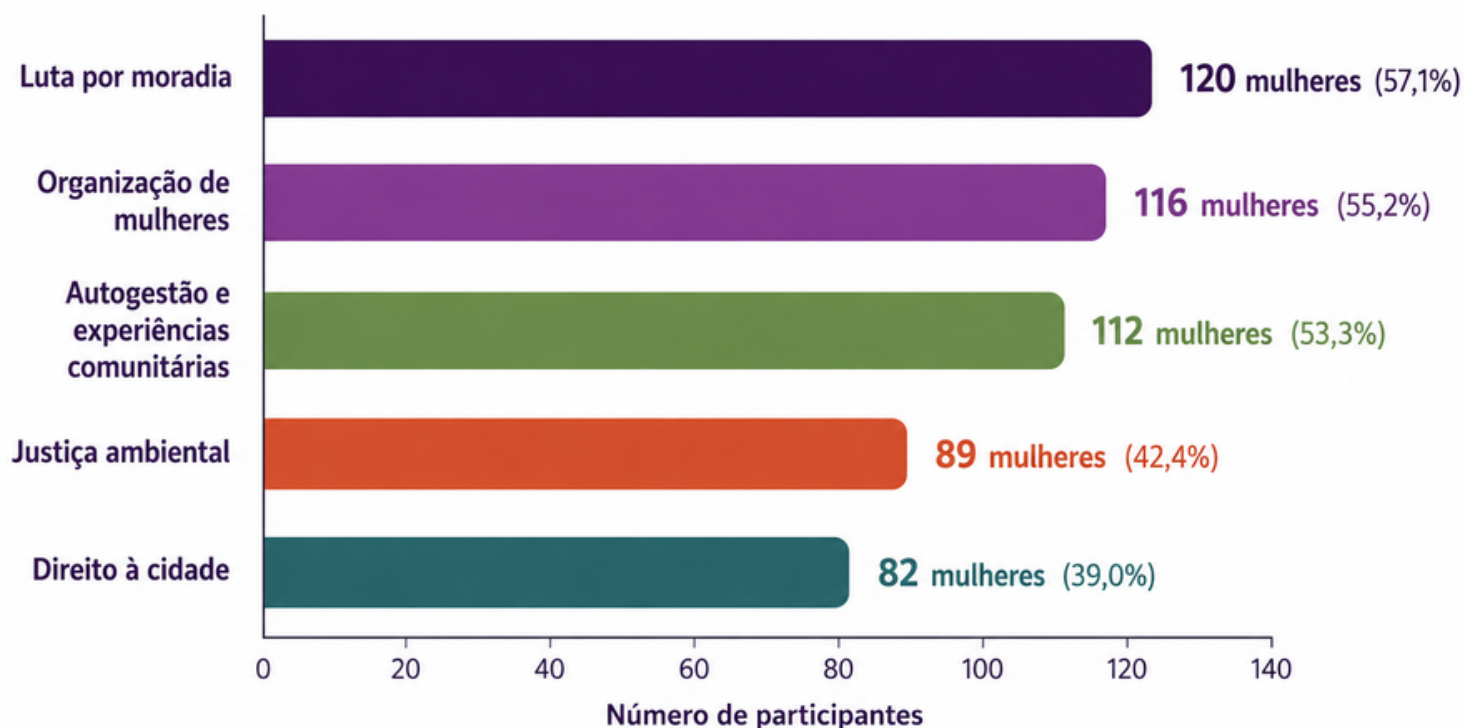
Os dados indicados pelas mulheres do formulário evidenciam que a agenda climática precisa ser disputada a partir do território, e, sobretudo, a partir das experiências das mulheres, que vivem o clima como enchente, falta d’água, doença, sobrecarga de cuidado e ameaça à permanência.

Assim, a aposta das Jornadas foi transformar o tema climático em linguagem territorial e política.

A análise dos temas de interesse, sintetizada no Gráfico 4, evidencia, portanto, a coerência entre as expectativas das participantes e a proposta metodológica das Jornadas, ao mesmo tempo em que reforça seu papel como um processo formativo intencional, voltado não apenas à troca de experiências, mas à ampliação dos horizontes políticos das lutas urbanas e socioambientais.

Gráfico 4 – Temas de interesse das participantes (2025)

As participantes puderam selecionar mais de um tema de interesse.



Nota: Os percentuais correspondem à proporção de participantes que indicaram cada tema de interesse, podendo sua soma ultrapassar 100%.

Fonte: Elaboração própria, a partir das inscrições das Jornadas.

2.5 motivações para participar das jornadas

A pergunta “Por que você gostaria de participar das Jornadas?” foi apresentada em formato de resposta aberta e de preenchimento facultativo, permitindo que as participantes expressassem livremente suas motivações.

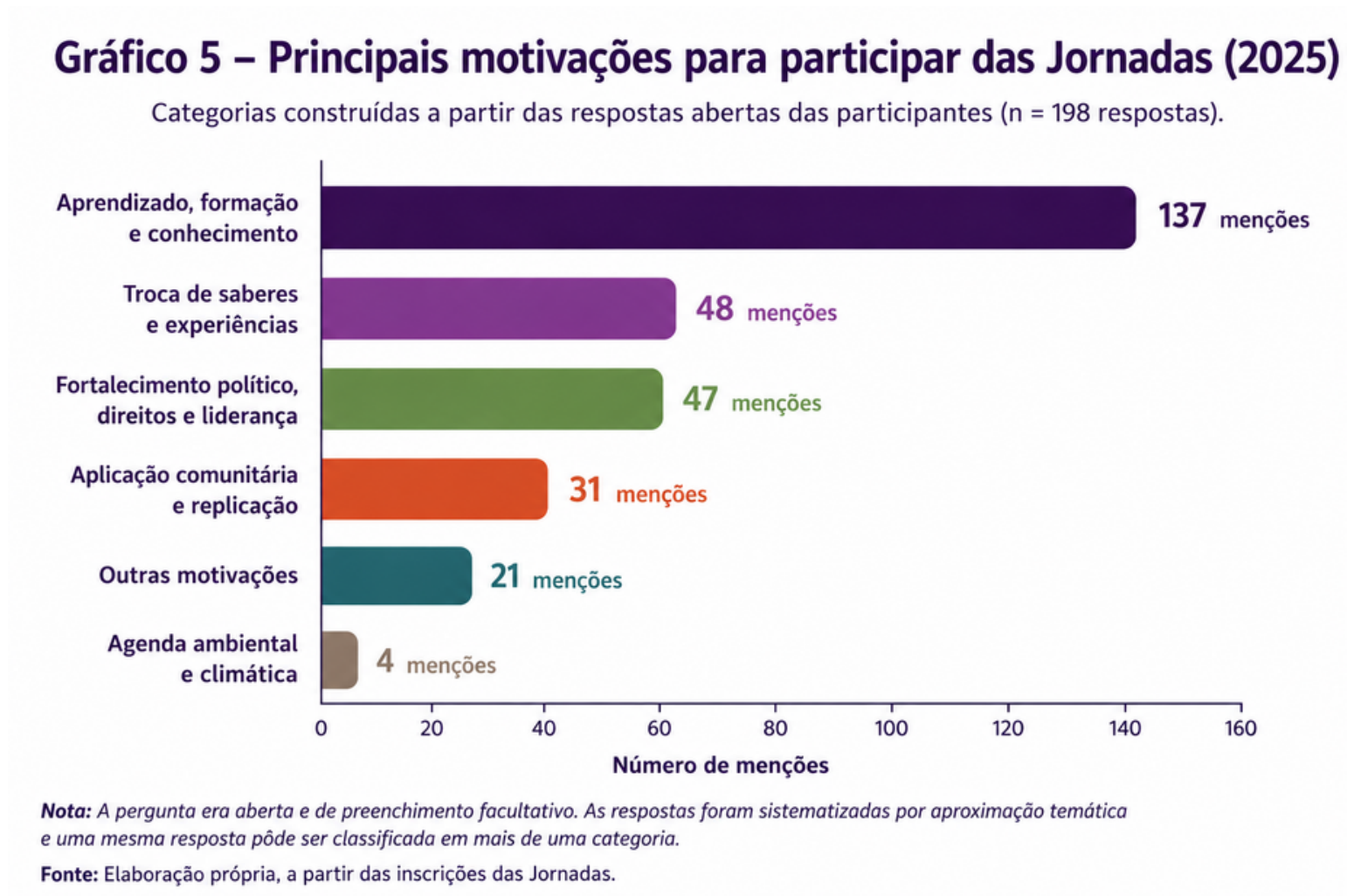
Para fins de análise, as respostas foram sistematizadas por aproximação temática, respeitando a diversidade de formulações e preservando os sentidos expressos pelas participantes. Como uma mesma resposta podia contemplar mais de uma motivação, as categorias não são mutuamente excludentes, e a análise foi realizada a partir do número de menções em cada categoria.

A análise evidencia que a principal motivação para participar das Jornadas está relacionada ao aprendizado, à formação e à ampliação de conhecimentos, categoria que reuniu 137 menções.

Em seguida, destacam-se as motivações vinculadas à troca de saberes e experiências (48 menções) e ao fortalecimento político, dos direitos e das lideranças (47 menções), indicando que as participantes compreendem as Jornadas não apenas como um espaço de acesso a informações, mas também de construção coletiva de conhecimentos e fortalecimento da ação política.

Também se destacam as motivações relacionadas à aplicação comunitária e à replicação dos aprendizados (31 menções).

Nesses casos, as participantes expressam o desejo de compartilhar os conhecimentos adquiridos em suas comunidades, movimentos e territórios, evidenciando a expectativa de que a formação produza efeitos concretos na organização coletiva e na atuação social. Por sua vez, a agenda ambiental e climática apareceu de forma mais pontual (4 menções), indicando que, quando nomeadas espontaneamente, as questões climáticas não constituem a principal motivação declarada para a participação.



Essa distribuição de dados reforça que a busca por formação e o desejo de compartilhar experiências não se dissociam da realidade climática, mas se manifestam através dela. A baixa menção espontânea ao termo técnico e abstrato da transição climática reflete que as urgências do território, como o acesso à água, a segurança da moradia e a sobrecarga das tarefas de cuidado, constituem o ponto de partida real da mobilização popular.

Dessa forma, as vivências práticas funcionam como a base empírica e política essencial para qualificar a atuação das lideranças, permitindo que as necessidades mais imediatas do cotidiano sejam coletivamente compreendidas e politizadas como expressões diretas das desigualdades socioambientais no continente.

Essa dinâmica evidencia que, para muitas mulheres, a mobilização não ocorre em torno de temas abstratos, mas das experiências vividas em seus territórios, que passam a ser compreendidas e ressignificadas coletivamente como expressão das desigualdades socioambientais.

2.6 Experiências que as participantes desejam compartilhar

A pergunta “Que experiências você gostaria de compartilhar com o grupo?” foi formulada como resposta aberta, permitindo que as participantes expressassem livremente vivências, trajetórias e práticas construídas em seus territórios.

A análise das respostas à essa questão permite identificar os principais eixos de interesse das mulheres inscritas. Por se tratar de uma questão de múltipla escolha, cada participante pôde selecionar mais de um tema, razão pela qual a soma dos percentuais apresentados ultrapassa 100%.

As respostas, indicadas no corpo do texto a seguir, revelam um repertório denso de experiências políticas, enraizadas no cotidiano, nas lutas coletivas e nas estratégias de cuidado e sobrevivência que atravessam a vida das mulheres.

De forma recorrente, as participantes indicam experiências relacionadas à organização comunitária e ao pertencimento territorial, compreendendo a política como prática cotidiana construída em rede. Expressões como “organização e pertencimento”, “minha vivência no movimento social comunitário” e “experiência de mobilização comunitária” evidenciam que a ação política não aparece como evento excepcional, mas como parte da vida diária nos territórios. Uma participante sintetiza essa dimensão ao afirmar: “Mais de 30 anos de história de movimentos sociais”, indicando o acúmulo de trajetórias que sustentam as lutas ao longo do tempo.

A luta por moradia e a autogestão aparecem como experiências centrais e fortemente politizadas. As falas revelam a moradia não apenas como demanda material, mas como processo coletivo de organização, disputa e conquista. Uma participante afirma: *“O prazer de conquistar a casa própria através da autogestão”*; outra reforça: *“Foi na luta que conquistei a moradia”*. Ao lado dessas conquistas, aparecem também as dificuldades: *“As dificuldades que enfrentamos para conseguir moradia digna na cidade de São Paulo”* e *“Mutirão e suas dificuldades”*, evidenciando que a experiência da moradia é marcada tanto por avanços quanto por conflitos e resistências.

As experiências ligadas aos direitos das mulheres e ao enfrentamento das violências emergem de forma contundente, atravessadas por processos de transformação pessoal e coletiva. Uma participante relata *“a ajuda de mulheres na minha vida depois de ter vivido uma violência doméstica”*; outra destaca *“a transformação de mulheres que já foram vítimas de violência doméstica e a superação como forma de resistência nos territórios”*. Essas falas revelam que a organização entre mulheres constitui não apenas um espaço político, mas também um lugar de reconstrução da autonomia, da autoestima e da dignidade.

O cuidado aparece como dimensão transversal das experiências compartilhadas, articulando saúde, afeto, território e ação coletiva. As participantes mencionam práticas como *“cuidados a las cuidadoras en sus luchas y en el día a día”*, *“saúde mental comunitária”*, *“plantas medicinais e saberes ancestrais para o cuidado da saúde”* e *“programa comunal de cuidados”*. Em uma fala particularmente forte, uma participante relata a experiência de acompanhar o adoecimento grave de vizinhos, evidenciando como o cuidado emerge em contextos de ausência de políticas públicas e se converte em responsabilidade coletiva.

As experiências relacionadas à crise climática e à relação com o território aparecem associadas a vivências concretas, como *“a escassez de água no meu território”*, *“a seca”*, *“as inundações”* e *“os efeitos das mudanças climáticas antes, durante e depois desses fenômenos”*. Uma participante relata: *“Aqui na minha aldeia as coisas mais duras têm sido os efeitos das mudanças climáticas, especialmente as inundações e tudo o que vivemos antes, durante e depois”*. Essas falas indicam que a questão ambiental é vivida como experiência direta que impacta a moradia, a saúde, a alimentação e o trabalho de cuidado, ainda que nem sempre seja nomeada conceitualmente.

Também aparecem experiências ligadas à incidência política e à disputa por políticas públicas, como *“a experiência da resistência em conquistar uma política pública”*, *“atos em defesa da democracia, da moradia e contra a violência das mulheres”* e *“a luta pela implementação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de*

gênero”. Essas falas evidenciam que as participantes transitam entre o território e os espaços institucionais, articulando práticas comunitárias e incidência política mais ampla.

No conjunto, as experiências que as participantes desejam compartilhar revelam que a política se constrói a partir da vida vivida, articulando moradia, território, cuidado, organização coletiva, gênero e justiça socioambiental.

As falas mostram que não se trata de experiências isoladas, mas de saberes produzidos na prática, forjados na luta cotidiana por dignidade, permanência e direitos. São essas experiências que as mulheres reconhecem como dignas de circulação, troca e fortalecimento coletivo, constituindo a base viva sobre a qual se estruturam os processos formativos e políticos das Jornadas.

3. APRESENTAÇÃO DAS JORNADAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

As atividades a seguir integram o conjunto das Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências, organizadas pela Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), em parceria com redes e organizações latino-americanas, como parte de um processo formativo voltado à justiça ambiental, à moradia e ao direito à cidade, no horizonte da COP-30.

3.1 Jornada 1 - Atuação das lideranças nos territórios

A atividade foi realizada no dia 10 de setembro de 2025, de forma virtual, das 17h às 19h (horário de Brasília).

A primeira Jornada marcou a abertura política e conceitual do ciclo das Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências, com o objetivo de situar os territórios, as mulheres e as lideranças populares como ponto de partida do processo formativo. Realizada de forma virtual, a atividade reuniu mulheres de diferentes países da América Latina, inaugurando um espaço de troca regional ancorado nas experiências concretas de luta por moradia, direito à cidade e justiça ambiental.

A abertura da Jornada foi conduzida por Maria das Graças Xavier, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular e integrante da Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, responsável pela articulação e mobilização do processo no Brasil. Em sua fala inicial, Graça destacou que sua palavra não era individual, mas parte de um caminho coletivo construído por muitas mulheres, reafirmando que as Jornadas se estruturavam a partir das lutas e dos saberes já produzidos nos territórios.

Na sequência, Graça apresentou Maitê Rodríguez, coordenadora da Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe e representante da Fundación Guatemala, agradecendo a parceria internacional e situando o caráter latino-americano das Jornadas. A apresentação reforçou a importância da articulação regional entre mulheres e movimentos populares diante de desafios comuns relacionados à moradia, à cidade e à crise climática.

Ainda em sua exposição, Graça Xavier abordou o papel das lideranças populares nos territórios, enfatizando a centralidade das mulheres, especialmente das mulheres negras,

na organização comunitária, no cuidado coletivo e na resistência frente às desigualdades urbanas e socioambientais. Ao tratar da justiça ambiental, destacou que essa agenda não pode ser dissociada das condições concretas de vida nos territórios populares, onde enchentes, ausência de saneamento, precariedade habitacional e falta de infraestrutura recaem de forma desigual sobre as mulheres.

Na sequência, a exposição foi conduzida por Cleonice Dias dos Santos Hein, assistente social e apoio técnico do processo no Brasil. A fala teve como ponto de partida a leitura dos territórios como espaço de produção de desigualdades, mas também de saberes e resistências, articulando a experiência individual das mulheres às dinâmicas estruturais da sociedade brasileira e latino-americana.

A partir de seu lugar de fala e de sua trajetória junto aos movimentos de moradia, Cleonice apresentou um panorama sobre a vida das mulheres nas periferias urbanas, com ênfase na cidade de São Paulo, destacando como a sobrecarga de trabalho, o cuidado, a precariedade urbana e os impactos ambientais se entrelaçam no cotidiano.

Primeiro nas aulas virtuais... eu acredito que foi muito enriquecedora, porque nós conseguimos ver experiências diretamente dos territórios, né? E aí eu falo experiência desde a construção da moradia, da horta comunitária, da atuação na área rural, mas também na área urbana, né? De mulheres de vários países, mas especialmente com esse olhar de mulheres feministas atuando nos territórios. (Maria das Graças de Jesus Xavier, 2026)

Essa abordagem buscou mostrar que aquilo que cada mulher carrega individualmente expressa, na verdade, a realidade compartilhada por muitas, evidenciando a dimensão coletiva das experiências.

Como parte da exposição, foram apresentados dados de uma pesquisa realizada com 237 mulheres do estado de São Paulo, desenvolvida no âmbito da UMM-SP, que investigou a percepção sobre mudanças climáticas e seus impactos na vida cotidiana. Os dados evidenciaram que, embora uma parcela significativa das mulheres declare conhecer o tema das mudanças climáticas, quase a totalidade percebe alterações concretas no clima em suas cidades, relatando efeitos como enchentes, problemas de saúde associados ao calor, aumento de gastos com água e energia e mudanças na rotina diária.

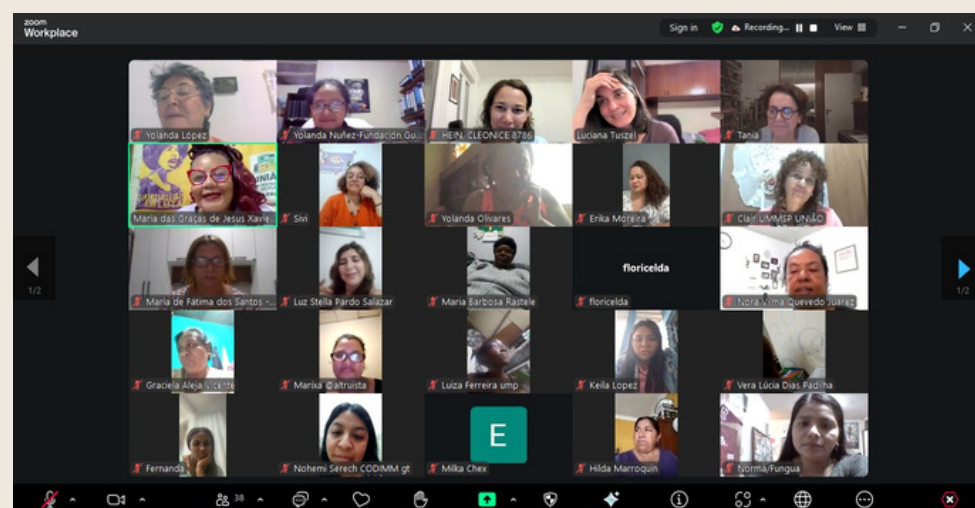
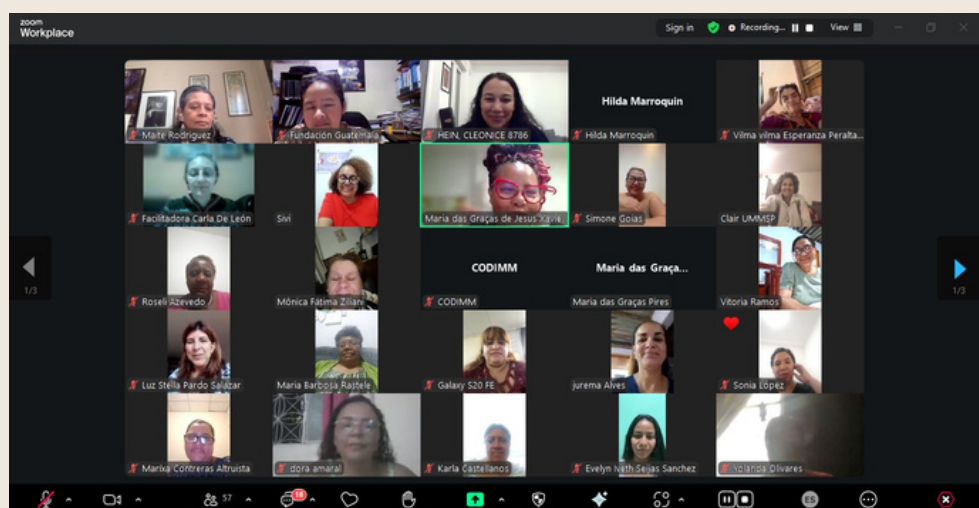
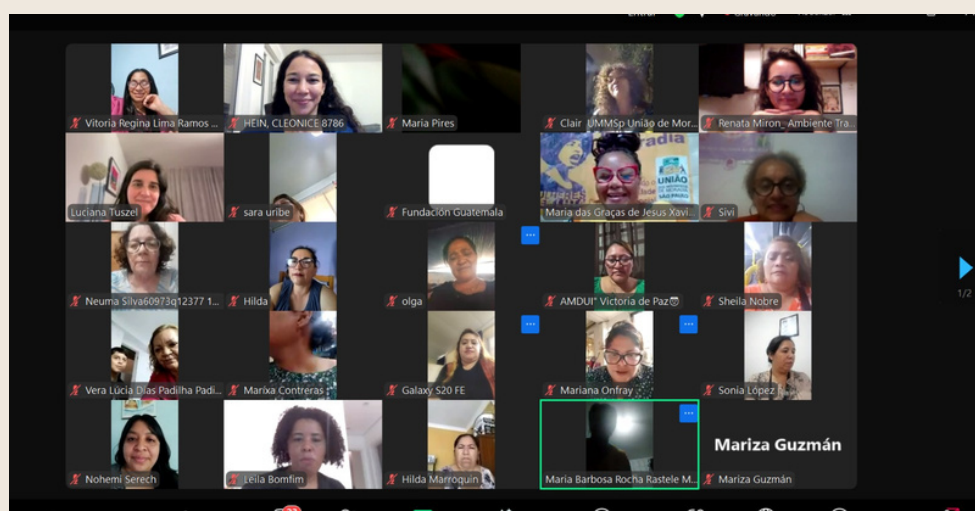
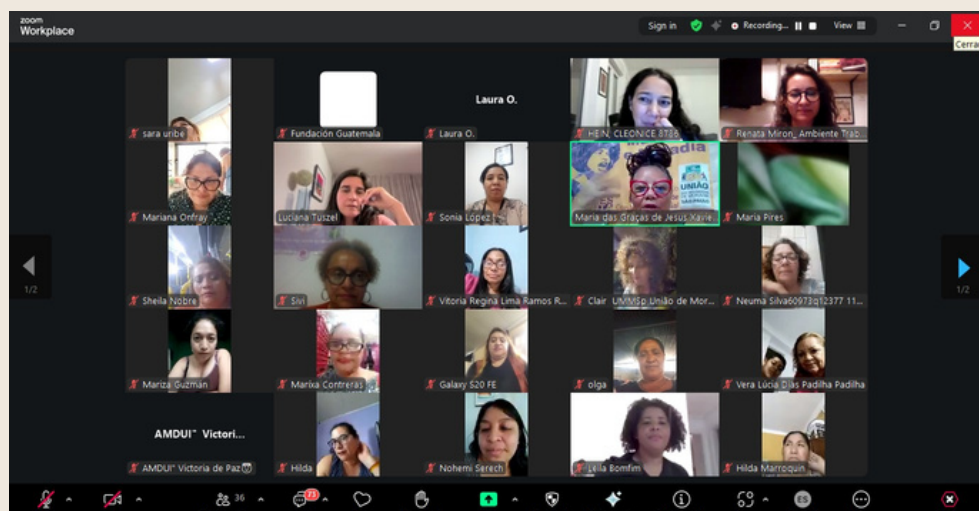
A apresentação desses dados teve como objetivo conectar a agenda da justiça ambiental às experiências reais vividas nos territórios, reforçando que a crise climática não é um debate abstrato, mas uma realidade que atravessa a moradia, o trabalho, o cuidado e a saúde das

mulheres. Ao articular pesquisa, experiência profissional e militância, a exposição buscou dialogar com as expectativas expressas pelas participantes no formulário de inscrição, fortalecendo a justiça ambiental como eixo transversal das Jornadas.

A Jornada foi concluída com um espaço de debate e troca de experiências, no qual as participantes compartilharam brevemente suas trajetórias, desafios e práticas nos territórios, reafirmando o caráter horizontal do processo. As falas evidenciaram que as mulheres não chegavam às Jornadas como ouvintes passivas, mas como sujeitas portadoras de saberes, experiências e práticas que constituem a base do processo formativo proposto.

A primeira Jornada, assim, cumpriu o papel de abrir o ciclo das Jornadas a partir dos territórios, reconhecendo o protagonismo das mulheres, situando politicamente os eixos de moradia, cidade e justiça ambiental e estabelecendo um marco comum de leitura que orientaria os encontros seguintes.

Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fonte: Acervo UMM-SP

3.2 Jornada 2: Incidências em políticas públicas - como fazemos?

A atividade foi realizada no dia 07 de outubro de 2025, de forma virtual, das 17h às 19h (horário de Brasília).

A segunda Jornada teve como foco central a reflexão sobre os caminhos de incidência política dos movimentos populares, a partir da pergunta orientadora: *como transformamos mobilização social em políticas públicas concretas?* Realizada de forma virtual, a atividade aprofundou o debate iniciado na primeira Jornada, deslocando o olhar do reconhecimento das experiências territoriais para os processos de disputa, formulação e implementação de políticas públicas, especialmente no campo da moradia, do direito à cidade e da justiça ambiental.

A Jornada foi mediada por Cleonice Dias e Graça Xavier, que realizaram a contextualização inicial, situando a atividade no conjunto das Jornadas e retomando elementos do levantamento prévio realizado por meio do formulário de inscrição.

Essa mediação buscou conectar as expectativas expressas pelas participantes, sobretudo em relação à incidência política, com o conteúdo proposto para o encontro, reforçando o caráter pedagógico e estratégico da Jornada.

A primeira exposição foi realizada por Evaniza Rodrigues, militante do movimento de moradia com mais de 30 anos de atuação no Movimento Sem Terra Leste 1, assistente social e mestre em arquitetura e urbanismo. A partir de sua trajetória no movimento popular, Evaniza apresentou uma leitura concreta e historicamente situada sobre o papel dos movimentos sociais na luta por políticas públicas, enfatizando que a incidência política não é um caminho linear nem institucionalizado desde o início, mas resultado de processos longos de organização, enfrentamento e construção coletiva.

Em sua fala, Evaniza destacou que os movimentos populares cumprem funções estratégicas como: organizar o povo excluído; dar visibilidade à questão social; resistir aos processos de desmonte do Estado; pressionar governos em diferentes frentes; e fortalecer redes entre organizações. Ressaltou que a incidência se constrói por meio de múltiplas estratégias combinadas, que incluem ação direta, participação em espaços institucionais, atuação no Legislativo e no Judiciário, disputa da opinião pública e articulação em rede.

A exposição abordou exemplos concretos da luta pela autogestão na moradia, enfatizando a produção social do habitat como prática histórica no Brasil, com mais de três décadas de experiências acumuladas.

Nesse contexto, Evaniza destacou a importância de marcos legais como o Projeto de Lei 4216/21, que trata da autogestão na moradia, compreendido não como ponto de chegada, mas como parte de uma disputa permanente para fortalecer práticas contra hegemônicas e enfrentar processos de criminalização dos movimentos populares. A incidência, nesse sentido, foi apresentada como um movimento de passagem da resistência para o fortalecimento de projetos políticos próprios, construídos a partir dos territórios.

Na sequência, a exposição da Tânia Diniz, professora doutora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, trouxe uma leitura crítica desde o campo acadêmico, articulando a incidência política às dinâmicas estruturais do capitalismo, do patriarcado e do racismo. A partir de referenciais do Serviço Social e dos estudos urbanos, Tânia enfatizou que a precarização da vida, a naturalização das violências e a sobrecarga do trabalho de cuidado são expressões de um sistema que funde gênero, raça e classe, produzindo desigualdades profundas nos territórios populares.

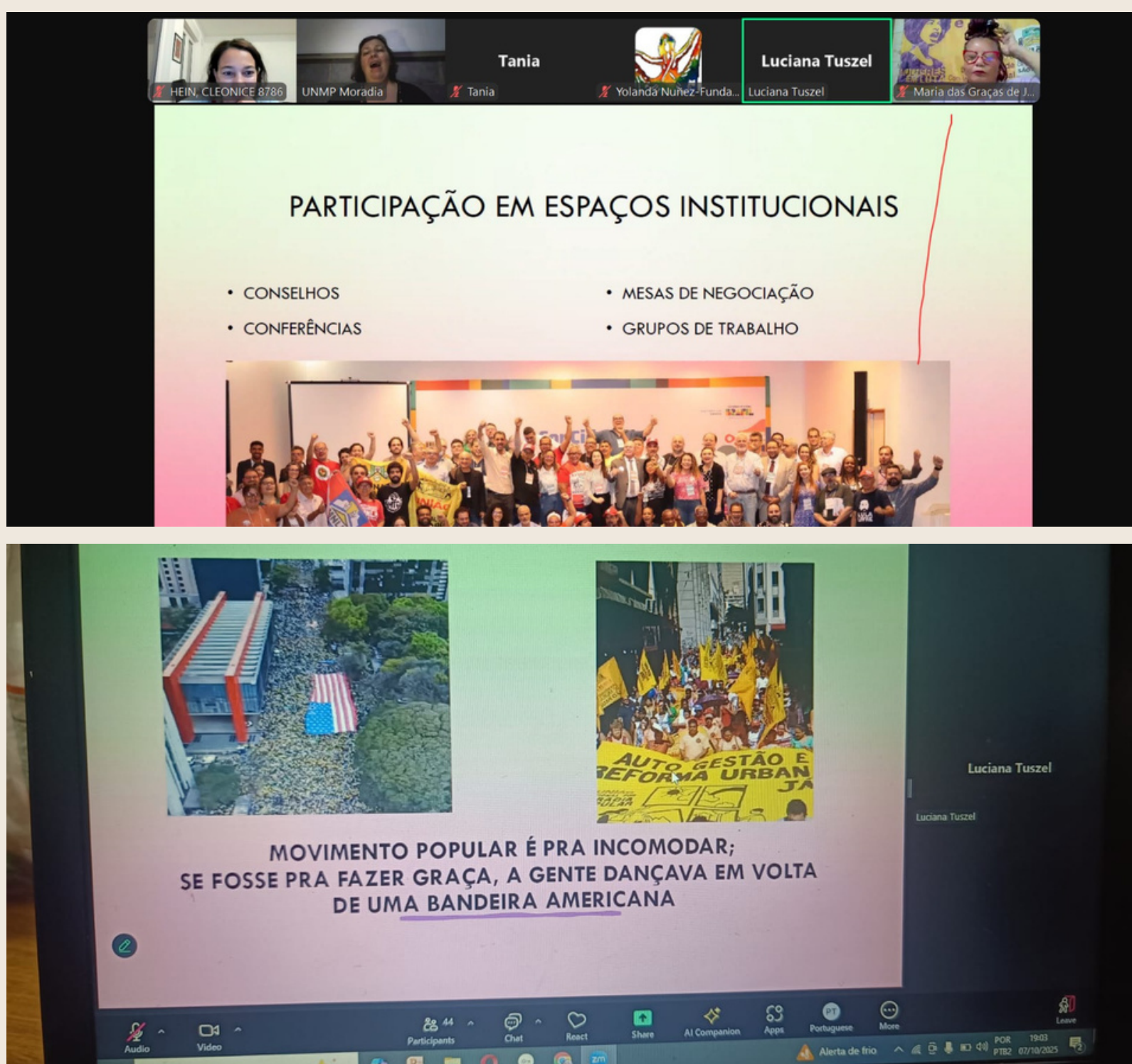
Sua exposição destacou que as experiências protagonizadas por mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas, revelam a centralidade do trabalho reprodutivo e do cuidado na sustentação da vida social, ainda que esses trabalhos permaneçam desvalorizados e invisibilizados pelas políticas públicas. Nesse sentido, a incidência política das mulheres foi apresentada como uma luta não apenas por acesso a direitos, mas por uma redefinição do próprio conteúdo das políticas, incorporando demandas como creches, escolas inclusivas, transporte público, restaurantes populares, lavanderias comunitárias e espaços de convivência.

Ao dialogar com experiências de mobilização e com materiais produzidos por redes como a Marcha Mundial das Mulheres, Tânia reforçou que as lutas das mulheres precisam ser coletivas e enfrentar simultaneamente a opressão de gênero, o racismo e a exploração do trabalho, pressionando o Estado e disputando os rumos da democracia. A incidência política, nesse quadro, foi apresentada como um processo de radicalização da democracia, ancorado no território e na participação ativa das mulheres na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas.

Após as exposições, a Jornada abriu espaço para debate e troca entre as participantes, com contribuições de mulheres de diferentes países da América Latina, que compartilharam experiências locais de incidência, desafios enfrentados em seus contextos nacionais e estratégias de articulação entre movimentos e institucionalidade. Esse momento evidenciou a diversidade de caminhos de incidência política existentes nos territórios, bem como desafios comuns relacionados à resistência a retrocessos, à criminalização dos movimentos e à disputa por reconhecimento e legitimidade.

A segunda Jornada se destacou, assim, pela combinação intencional entre a leitura acadêmica crítica e a experiência histórica de luta dos movimentos populares. A presença de uma pesquisadora do campo acadêmico e de uma liderança com longa trajetória no movimento de moradia contribuiu para qualificar o debate, mostrando que a incidência política se constrói no diálogo entre teoria e prática, entre análise estrutural e experiência concreta. Essa combinação fortaleceu a compreensão das participantes sobre os processos de disputa por políticas públicas e ampliou o repertório político para a atuação nos territórios, reafirmando o papel das Jornadas como espaço de formação crítica, troca de saberes e fortalecimento das lutas das mulheres.

Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fonte: Acervo UMM-SP

3.3 Jornada 3: resultados da organização coletiva das mulheres na construção do direito à cidade e das políticas públicas

A atividade foi realizada no dia 29 de outubro de 2025, de forma virtual, das 17h às 19h (horário de Brasília).

A terceira Jornada teve como objetivo central evidenciar os resultados concretos da organização coletiva das mulheres na luta por moradia, justiça ambiental e direito à cidade, aprofundando a reflexão sobre conquistas, aprendizagens e desafios produzidos nos territórios a partir da autogestão, da incidência política e do trabalho coletivo. Realizada de forma virtual, a atividade reuniu mulheres de diferentes países da América Latina, consolidando o ciclo das Jornadas como espaço de troca, sistematização e fortalecimento das experiências vividas.

A Jornada foi facilitada por Cleonice Dias, que realizou a introdução e contextualização inicial, retomando os principais eixos trabalhados ao longo das Jornadas anteriores e situando o encontro como um momento de síntese política do processo. A mediação destacou que a organização coletiva das mulheres não é apenas meio de acesso a direitos, mas também produtora de políticas públicas, formas alternativas de produção da cidade e novos sentidos para o direito à moradia e ao cuidado.

A primeira exposição foi realizada por Fátima dos Santos, coordenadora estadual da Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e militante do Movimento de Moradia da Região Sudeste. A partir de sua trajetória como liderança popular, Fátima apresentou a organização das mulheres como prática cotidiana de resistência, ressaltando que são elas que sustentam os processos de mobilização, negociação, permanência nos territórios e construção coletiva da moradia.

Em sua fala, destacou como as mulheres assumem múltiplas responsabilidades, no trabalho, no cuidado com a família, na organização comunitária e na luta política, e como essa sobrecarga se transforma em força coletiva quando organizada.

Fátima enfatizou que a luta por moradia digna, conduzida pelas mulheres, extrapola a construção da casa e envolve a defesa do território, da convivência, da solidariedade e da vida comunitária, produzindo impactos concretos nas políticas públicas e nas formas de organização popular.

Na sequência, a exposição de Renata Miron, arquiteta, mestra em Serviço Social pela PUC-SP e doutoranda em Arquitetura pela FAU-USP, aprofundou a reflexão sobre a autogestão como prática viva de resistência e produção de moradia digna pelas mulheres periféricas.

A partir de sua atuação em assessorias técnicas aliadas aos movimentos de moradia, Renata apresentou a autogestão como um projeto político, e não apenas como modelo construtivo.

Renata destacou o chamado tripé da autogestão, movimento popular, assessoria técnica e Estado, ressaltando que as assessorias técnicas comprometidas com os movimentos sociais precisam defender o mesmo projeto político das organizações populares com as quais atuam.

Ao abordar os princípios da autogestão, controle da produção, construção coletiva e produção não mercantil da moradia, evidenciou como esses processos enfrentam a lógica individualista, mercantil e excludente da produção habitacional tradicional.

A exposição trouxe exemplos concretos do cotidiano da autogestão, mostrando como o mutirão fortalece vínculos comunitários, produz espaços de convivência e gera um sentido de pertencimento ao território.

A partir de imagens e relatos, destacou-se que a moradia construída coletivamente não se limita ao apartamento, mas se estende às áreas comuns, às ruas internas, aos espaços de encontro e lazer, que assumem papel central na vida comunitária, especialmente para mulheres e crianças.

A terceira exposição foi realizada por Maria das Graças Xavier, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular e integrante da Red Mujer y Hábitat de América Latina y el Caribe. Graça retomou o debate a partir de uma leitura política da organização popular como ferramenta central de reorganização do espaço urbano, reforçando que as conquistas alcançadas pelas mulheres nos movimentos de moradia são resultado de processos longos de luta, articulação e resistência.

Em sua fala, destacou que a participação das mulheres nos processos de autogestão e incidência política produz transformações que vão além da moradia, impactando a relação com o Estado, a construção de políticas públicas e a forma como a cidade é pensada e vivida.

Graça ressaltou ainda a importância da articulação regional latino-americana, enfatizando que as experiências compartilhadas nas Jornadas fortalecem uma leitura comum sobre direito à cidade, cuidado e justiça ambiental, ampliando a capacidade de incidência coletiva das mulheres.

Após as exposições, a Jornada abriu espaço para debate e troca de experiências, com contribuições de mulheres de diferentes países, que relataram práticas de organização

coletiva, enfrentamento à crise climática, autogestão da moradia, cuidado comunitário e incidência política em seus territórios. As falas evidenciaram semelhanças nos desafios enfrentados, como a precariedade urbana, a ausência de políticas públicas e a sobrecarga do cuidado, e, ao mesmo tempo, a diversidade de estratégias construídas localmente.

O momento final foi dedicado à síntese e às perspectivas para Belém, em diálogo com a COP-30, destacando a necessidade de levar às agendas globais as experiências concretas das mulheres nos territórios.

A Jornada foi encerrada com uma avaliação participativa, na qual cada participante foi convidada a responder, de forma oral ou pelo chat, a perguntas curtas como “O que eu aprendi?” ou “O que levo destas Jornadas para minha luta?”. As falas foram sistematizadas pela equipe como um documento coletivo, reforçando o caráter horizontal e compartilhado do processo.

As falas e experiências compartilhadas ao longo da terceira Jornada evidenciaram que a organização coletiva das mulheres opera como um dispositivo central de produção de respostas concretas às desigualdades urbanas, ambientais e sociais.

O conjunto das três Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências permitiu construir uma leitura articulada sobre o papel das mulheres na luta pelo direito à cidade, evidenciando que moradia, cuidado, justiça ambiental e incidência política não são dimensões separadas, mas partes de um mesmo processo vivido nos territórios populares da América Latina.

A primeira Jornada situou os territórios e as mulheres como ponto de partida, reconhecendo que as experiências de vida, organização e resistência constituem a base dos processos formativos e políticos. Ao partir da realidade concreta das mulheres, especialmente das mulheres negras, periféricas e populares, o debate afirmou que a crise climática, a precariedade urbana e a desigualdade de gênero se manifestam de forma integrada no cotidiano, exigindo respostas que também sejam integradas.

A segunda Jornada aprofundou os caminhos de incidência política, mostrando que a transformação da mobilização em políticas públicas é resultado de processos longos, coletivos e conflituosos. As exposições evidenciaram que a incidência não se dá apenas nos espaços institucionais, mas na combinação entre organização popular, pressão política, formulação de propostas e disputa permanente do Estado. O diálogo entre a leitura acadêmica crítica e a experiência histórica dos movimentos populares contribuiu para ampliar a compreensão das participantes sobre os limites e as possibilidades da democracia e das políticas públicas.

A terceira Jornada, por sua vez, tornou visíveis os resultados concretos da organização coletiva das mulheres, a partir das experiências de autogestão, cuidado comunitário, produção social do habitat e articulação territorial. As falas revelaram que, diante da ausência ou insuficiência das políticas públicas, são as mulheres que constroem respostas cotidianas capazes de garantir a vida, a permanência no território e a reprodução social, transformando necessidades imediatas em processos políticos coletivos.

Consideradas em conjunto, as três Jornadas evidenciam que a organização das mulheres nos territórios populares da América Latina constitui um campo político próprio, marcado por práticas comuns de enfrentamento às desigualdades urbanas, ambientais e sociais, ainda que expressas em contextos nacionais distintos. A recorrência de temas como autogestão, cuidado coletivo, incidência política desde o território e justiça socioambiental revela a existência de uma racionalidade política compartilhada, construída a partir da experiência e da luta cotidiana.

Esse ciclo de Jornadas reafirma que o direito à cidade, quando pensado a partir das mulheres, não se limita ao acesso à moradia ou aos serviços urbanos, mas envolve o direito de permanecer no território, de cuidar e ser cuidada, de participar das decisões e de produzir coletivamente a cidade. Ao articular experiências locais com uma leitura regional latino-americana, as Jornadas fortaleceram vínculos políticos, ampliaram repertórios de ação e criaram condições para a construção de agendas comuns de luta.

É a partir desse acúmulo coletivo, de análises, experiências e trocas, que se desdobram os próximos momentos do processo, em especial a Gira de Lideranças e a articulação com espaços mais amplos de incidência, como a COP-30.

Um dos desdobramentos concretos das Jornadas foi a continuidade da comunicação e da articulação entre as participantes, para além dos encontros formais. O grupo coletivo de WhatsApp, inicialmente criado como canal de apoio às atividades, permaneceu ativo após o encerramento das Jornadas, sendo utilizado pelas mulheres como espaço de troca de informações, compartilhamento de experiências, divulgação de ações locais e fortalecimento de vínculos entre territórios e países.

Essa permanência do diálogo evidencia que as Jornadas contribuíram para a construção de uma rede viva de articulação latino-americana, sustentada pelas próprias mulheres, que segue produzindo circulação de saberes e apoio mútuo no cotidiano.

As Jornadas, assim, não se encerram em si mesmas, mas se afirmam como parte de um processo contínuo de formação, mobilização e articulação política das mulheres, desde os territórios populares da América Latina.

Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fonte: Acervo UMM-SP

4. A GIRA DE INCIDÊNCIA: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VIVÊNCIAS TERRITORIAIS

A Gira de Incidência constitui uma estratégia político-metodológica de intercâmbio, formação e incidência regional, construída a partir do reconhecimento de que os saberes produzidos pelas mulheres nos territórios são fundamentais para a consolidação de práticas de cuidado comunitário, organização popular e fortalecimento da democracia local.

Realizada entre os dias 22 e 27 de novembro de 2025, na cidade de São Paulo, a Gira integrou um conjunto articulado de atividades presenciais que combinou incidência institucional, vivência territorial, formação política e construção de redes regionais.

Diferentemente de espaços exclusivamente formativos ou acadêmicos, a Gira foi concebida como um processo imersivo, no qual o território ocupa lugar central como espaço de produção de conhecimento, disputa política e construção coletiva de alternativas.

A Gira reuniu lideranças do Brasil, Guatemala, El Salvador e Colômbia, contando também com a participação de representantes do Chile e da Espanha, vinculadas a movimentos populares de moradia, redes de mulheres, organizações comunitárias e iniciativas territoriais de cuidado. Essa diversidade de origens e trajetórias foi compreendida como elemento estruturante da metodologia adotada, permitindo a troca horizontal de experiências e a construção de leituras comuns sobre moradia, cuidado comunitário, justiça social e direito à cidade.

4.1 O Seminário Internacional como momento central da Gira

Como parte central da Gira de Incidência, foi realizado o Seminário Internacional: Transferência de Conhecimento das Mulheres da América Latina e Caribe, Cuidados Comunitários, no dia 24 de novembro de 2025, das 9h às 13h, na Câmara Municipal de São Paulo – Sala Prestes Maia, localizada no Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista, São Paulo/SP.

O Seminário constituiu-se como uma Ação Regional, voltada à visibilização política das experiências territoriais das mulheres e à construção de redes de articulação latino-americanas. Ao ocorrer em um espaço institucional do poder público municipal, o encontro

assumiu também um caráter simbólico e estratégico, afirmando que os saberes produzidos pelas mulheres nos territórios devem ocupar os espaços de debate público e dialogar diretamente com os processos de formulação de políticas.

O Seminário foi estruturado a partir de três objetivos centrais:

- Facilitar a troca de metodologias e práticas de cuidado comunitário, promovendo o intercâmbio de experiências entre lideranças da Guatemala, El Salvador, Colômbia, Chile, Espanha e Brasil, por meio de metodologia que valoriza a aprendizagem horizontal e o reconhecimento dos saberes construídos na prática;
- Fortalecer a liderança de base das mulheres, ampliando suas capacidades de atuação em iniciativas de cuidado comunitário, a partir da socialização de ferramentas, estratégias e experiências desenvolvidas nos territórios, com destaque para os processos organizativos protagonizados por mulheres no campo da moradia e do direito à cidade;
- Contribuir para a constituição da Plataforma de Lideranças em Cuidados Comunitários da Ibero-América, entendida como um espaço de articulação política e produção coletiva de referências, capaz de orientar administrações municipais na construção de sistemas de cuidado enraizados nos territórios.

A composição do Seminário reuniu lideranças políticas, comunitárias e representantes de redes regionais, articulando diferentes escalas de atuação, do território às instâncias institucionais e internacionais, e reforçando a potência da Gira como espaço de diálogo entre experiências de base e arenas de decisão pública.

4.2 A programação da Gira e a circulação pelos territórios

A programação da Gira foi construída de forma a articulando tempos de acolhimento, incidência institucional, vivência territorial, atividades culturais e momentos de síntese coletiva.

Mais do que uma sequência de atividades, o roteiro da Gira expressa uma opção metodológica: conhecer a cidade a partir de seus territórios populares e reconhecer, na prática, as formas pelas quais as mulheres constroem cuidado, organização coletiva e luta por moradia digna.

O primeiro momento da Gira foi dedicado à chegada e acolhida das participantes em São Paulo, criando condições para o encontro entre mulheres de diferentes países e trajetórias.

Esse tempo inicial foi fundamental para a construção de vínculos, para o compartilhamento de expectativas e para o fortalecimento do caráter coletivo do processo.

No domingo, 23 de novembro, a programação teve início com a apresentação da logística e dos objetivos da Gira, seguida da visita ao projeto de moradia Jardim Celeste, localizado no Jardim São Savério, zona sul da cidade. Essa visita permitiu o contato direto com uma experiência de produção habitacional por meio da autogestão, evidenciando o protagonismo das mulheres na organização do mutirão, na gestão coletiva do território e na articulação entre moradia, cuidado e permanência no bairro.

No dia 24 de novembro, além do Seminário Internacional realizado pela manhã, a programação incluiu, no período da tarde, a validação coletiva do manual de incidência sobre cuidados, realizada na sede da União dos Movimentos de Moradia. Esse momento reforçou o caráter participativo do projeto, reconhecendo as mulheres como sujeitas ativas na construção e aprimoramento dos instrumentos políticos e metodológicos.

O dia 25 de novembro foi marcado pela circulação por diferentes territórios da cidade. A programação incluiu a visita à Favela do Moinho, seguida do Projeto Carlos Marighella, nos Campos Elíseos, e da ocupação Aguardando Destinação para Moradia Digna, na região da Consolação. Esses territórios evidenciam distintas expressões da luta por moradia no centro da cidade, revelando conflitos fundiários, estratégias de resistência e o papel central das mulheres na sustentação cotidiana das ocupações.

A dimensão concreta dos conflitos fundiários e das violações do direito à moradia tornou-se especialmente evidente durante a visita à Favela do Moinho. A comunidade consolidou-se ao longo das últimas décadas como a última favela situada no centro expandido da cidade de São Paulo, em uma faixa de terra entre as linhas férreas (GOVERNO FEDERAL, 2025).

Durante a realização da Gira, em novembro de 2025, o território vivenciava um intenso processo de remoções e demolições, que afetava diretamente a permanência das famílias e comprometia redes de solidariedade, formas de organização comunitária e estratégias de reprodução da vida cotidiana.

Presenciar essa realidade enquanto o processo ainda estava em curso provocou forte impacto entre as lideranças participantes, evidenciando que as disputas pelo território se traduzem em experiências concretas de violação de direitos e de resistência coletiva. Graças Xavier expõe de forma contundente a violência dessa dinâmica e os sentidos políticos construídos coletivamente a partir do território:

Então, eu consegui mostrar como exemplo concreto, como as pessoas pobres viviam ali na favela do Moinho, bem no coração de São Paulo, na área, no centro, e como que, quando o governo quer destruir, ele consegue destruir, ao despejar todas essas famílias. Também a atuação das lideranças dos movimentos populares para que, de fato, essas famílias não fossem tão impactadas e conseguissem ter o mínimo, receber o mínimo para poder conseguir se levantar e mudar e ter sua moradia, não perder a sua moradia, porque nós acreditamos que a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos. Então, para que elas não pudessem perder mais um desses direitos, como os movimentos populares enfrentaram tudo isso e como nós conseguimos transferir esse conhecimento para as mulheres de outros países, porque, assim como existe um governo de Estado de extrema-direita aqui no Brasil, aqui em São Paulo existe também em outros países. (Maria das Graças de Jesus Xavier, 2026).

Essa leitura macrofocal sobre a responsabilidade do poder público ganha contornos de proximidade e espanto na narrativa de Vera Lúcia Dias Padilha, evidenciando que a imersão territorial foi pedagógica inclusive para as militantes que residem na própria capital paulista:

O que mais me marcou foi quando nós levamos elas lá na ocupação do Moinho. Marcou bastante porque eu não conhecia o moinho. E eu entrei lá dentro, numa época muito difícil, e a gente vê a situação precária com aquele pessoal vivo. Aí eu nunca vou esquecer desse dia. Nós andamos o moinho todinho com eles. E lá eles fizeram uma fala dizendo que eles têm uma situação em alguns pontos no país deles comparada a essa situação que o moinho estava passando também. (Vera Lúcia Dias Padilha, 2026).

Do ponto de vista metodológico e analítico, a vivência na Favela do Moinho releva duas camadas essenciais da transferência de conhecimento.

A primeira foi o impacto pedagógico interno, uma vez que a Gira presencial permitiu que militantes da própria cidade de São Paulo acessassem e compreendessem uma realidade periférica centralizada que até então desconheciam, expandindo sua consciência territorial.

A segunda foi a identificação de semelhanças continentais. Ao testemunharem a precariedade habitacional e a violência institucional, as lideranças da Guatemala, Colômbia e El Salvador traçaram paralelos imediatos com as violações que ocorrem em seus próprios países.

O Moinho converteu-se em um espelho das contradições do capitalismo urbano na América Latina, unificando as pautas de resistência das mulheres do continente para além das fronteiras nacionais.

No período da tarde, a Gira seguiu para a zona leste de São Paulo, com a visita ao Projeto Carolina Maria de Jesus, no bairro do Belenzinho, reafirmando a importância da memória, da identidade e da organização coletiva na produção da cidade. O dia foi encerrado na região oeste, com a realização de um debate sobre Consciência Negra, integrando a dimensão racial às reflexões sobre território, moradia e cuidado, e reforçando que a luta das mulheres populares é atravessada estruturalmente pelo racismo.

A quarta-feira, 26 de novembro, foi dedicada a atividades culturais e à exploração da cidade, compreendidas como parte do processo formativo. Conhecer a cidade, seus espaços simbólicos e suas contradições também constitui uma forma de leitura crítica do território urbano. No período da tarde, foi realizado um momento de reflexões finais e acordos de acompanhamento, conduzido pela Fundação Guatemala, no qual as participantes sistematizaram aprendizagens, identificaram convergências e apontaram caminhos de continuidade para a articulação regional.

A Gira foi encerrada no dia 27 de novembro, com o retorno das participantes aos seus países de origem. Esse encerramento, no entanto, não marcou o fim do processo, mas a abertura de um novo ciclo de articulação, sustentado pelos vínculos construídos ao longo da semana.

4.3 As visitas territoriais como metodologia de transferência de conhecimentos

As visitas realizadas ao longo da Gira não tiveram caráter ilustrativo ou demonstrativo. Elas foram concebidas como uma metodologia central de transferência de conhecimentos, na qual o território é reconhecido como espaço de produção política, pedagógica e organizativa.

Ao caminhar pelos territórios, dialogar com lideranças locais e conhecer projetos de moradia, ocupações e comunidades, as participantes puderam compreender que o cuidado comunitário se materializa em práticas concretas: na organização do mutirão, na gestão

coletiva dos espaços, na solidariedade cotidiana, na resistência às remoções e na construção de redes de apoio entre mulheres.

Em diálogo com as lideranças que participaram da Gira, foi possível identificar que um dos aspectos mais marcantes foi a possibilidade de acompanhar experiências nas quais a formação não se encerrava no momento do curso, mas se desdobrava em ações concretas desenvolvidas pelas próprias mulheres em seus territórios.

As visitas permitiram conhecer iniciativas em que os conhecimentos adquiridos eram apropriados pelas participantes e transformados em práticas comunitárias, como hortas, atividades produtivas e outras ações coletivas, evidenciando que a transferência de conhecimentos se fortalece quando acompanhada de oportunidades para sua aplicação no cotidiano. Como relata liderança e coordenação da Secretaria de Mulheres da UMM-SP, Maria de Fátima, destacar o que aprendeu nesse espaço com as mulheres dos países da América Latina.

Elas não só apresentaram para a gente, como levaram a gente. (...) As hortas... algumas coisas artesanais... as mulheres fizeram o curso e aplicaram na comunidade. Inclusive estavam fazendo para ganharem uma renda. (Depoimento de Maria de Fátima, 2026)

Foi maravilhoso participar e conhecer mulheres empoderadas... cada uma com sua vivência. Na troca de experiência percebi que não só no nosso país e sim em outros países as mulheres enfrentam dificuldades em lutar por direitos, respectivo, educação, saúde, trabalho, lazer e moradia. Principalmente que todas tenham uma vida digna e possam viver livres e sem violência... Pra minha pessoa a Gira contribuiu para o meu crescimento pessoal, no qual irei repassar a outras mulheres." (Depoimento de Neuma Silva Oliveira Cruz, 2026)

Essa vivência permitiu evidenciar que as experiências visitadas, embora situadas em contextos específicos de São Paulo, dialogam com realidades vividas em outros países da América Latina.

A precariedade habitacional, os impactos da crise climática, a ausência do Estado e a sobrecarga do trabalho de cuidado aparecem como desafios comuns, enfrentados por meio de estratégias coletivas construídas pelas mulheres nos territórios.

Nesse sentido, a Gira de Incidência reafirma que a transferência de conhecimentos não se dá por meio de modelos prontos, mas pela circulação de experiências vivas, pela escuta política e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitas centrais na produção de conhecimentos, no fortalecimento do cuidado comunitário e na construção coletiva do direito à cidade.

Essa circulação de experiências vivas operou transformações profundas na subjetividade das próprias militantes da UMM-SP que atuaram na recepção do projeto. Longe de ser uma atividade puramente logística, o ato de acolher delegações internacionais e coordenar as rotas pelos territórios produziu um forte sentimento de valorização e reconhecimento entre as lideranças de base de São Paulo, como relata Vera Lúcia Dias Padilha (2026):

Quando eu penso em como me senti recebendo essas mulheres... a gente se sente um pouco preparada já, né? pra quando esse pessoal de outros países vem pra cá. Por isso que a gente tem reunião, tem formação pra poder passar um pouco da nossa experiência, né? Entendeu? Então, até nesse dia aí eu fui buscar elas, elas todas, lá na casa do professor, fiquei responsável por isso, de manhã cedo, tava lá pegando elas, pegando o ônibus do metrô pra estar levando, né? Ah, penso ser importante, sabe? Porque é legal a gente lidar com o pessoal estrangeiro assim, né? Apesar da gente não saber falar muito, não entender muito do jeito que eles falam, mas tem sempre alguém que acaba interpretando pra gente, mas a gente acaba entendendo um pouquinho. Eles falam de uma forma também que a gente acaba entendendo. É assim, é importante, sim. Toda vez que vem assim, eu faço questão de participar, sabe?

Do ponto de vista metodológico e analítico, a memória de Vera Lúcia revela como o processo formativo e as reuniões prévias dotaram as militantes de segurança política para transmitir suas trajetórias.

O engajamento concreto de acordar cedo e conduzir as comitivas estrangeiras pelas redes de transporte público da capital paulista gerou uma percepção profunda de dignidade e importância coletiva. Além disso, o relato traz um elemento central sobre a superação das fronteiras linguísticas entre o português e o espanhol.

A barreira inicial do idioma não se constituiu como um obstáculo intransponível para a organização popular; ela foi reelaborada no cotidiano através do afeto, do esforço mútuo de escuta e de uma identidade comum de classe.

A experiência demonstra que a solidariedade de gênero e a partilha das dores territoriais são capazes de criar uma linguagem própria, traduzindo falas distintas em horizontes compartilhados de emancipação e cuidado mútuo.

Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fotos das atividades das Jornadas (2025)



Fonte: Acervo UMM-SP

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Circulação de saberes, cuidado comunitário e incidência a partir dos territórios

Este manual apresenta a sistematização e análises das atividades de Jornadas Latino-Americanas de Transferência de Conhecimentos e Experiências e da Gira de Incidência, registrando não apenas as atividades realizadas, mas, sobretudo, as aprendizagens, metodologias e práticas construídas coletivamente pelas mulheres participantes.

Ao longo de sua elaboração, foi possível identificar que a circulação de conhecimentos entre diferentes territórios, organizações e países constitui uma estratégia potente para fortalecer lideranças, ampliar redes de cooperação e qualificar processos de incidência política em torno do cuidado comunitário, do direito à cidade e da justiça socioambiental.

A análise desenvolvida ao longo desta publicação permite identificar alguns achados que merecem destaque.

O primeiro deles refere-se à potência das redes de mulheres já existentes nos territórios. As Jornadas evidenciaram que a articulação latino-americana não partiu de experiências isoladas, mas de organizações populares, movimentos de moradia, coletivos de mulheres e lideranças comunitárias que já desenvolvem práticas de resistência, cuidado e defesa de direitos.

O intercâmbio proporcionado pelo projeto potencializou essas conexões, permitindo que experiências locais fossem compartilhadas, reconhecidas e ressignificadas em diálogo com outras realidades.

Um segundo achado demonstra que a formação política alcança maior potência quando está articulada às experiências concretas vividas nos territórios. As motivações apresentadas pelas participantes revelaram que o interesse em aprender esteve diretamente associado ao desejo de fortalecer a atuação comunitária, compartilhar práticas e ampliar a capacidade de incidência política. Os depoimentos produzidos durante a Gira reforçam essa percepção ao evidenciar que o conhecimento ganha novos sentidos quando retorna às comunidades na forma de ações concretas, metodologias e iniciativas coletivas.

Outro resultado importante diz respeito à própria concepção de transferência de conhecimentos. A experiência sistematizada neste manual demonstra que esse processo não ocorre de maneira linear, como simples transmissão de conteúdos entre quem ensina e quem aprende. Ao contrário, os conhecimentos circulam horizontalmente entre mulheres, organizações e territórios, sendo permanentemente reinterpretados, adaptados e recriados a partir das diferentes realidades vividas na América Latina, produzindo novos saberes de forma compartilhada.

Também se destaca o cuidado comunitário como uma dimensão estruturante da ação política das mulheres. Ao longo das atividades, o cuidado apareceu associado à organização popular, à permanência nos territórios, à produção da moradia, à geração de renda, ao enfrentamento das desigualdades socioambientais e à construção de redes de solidariedade.

Essa compreensão amplia o significado do cuidado, reconhecendo-o como uma prática política capaz de produzir transformações concretas na vida das comunidades.

REFERÊNCIAS

TORO, Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: UNICEF Brasil, 1996.

GOVERNO FEDERAL. Governo Federal garante solução definitiva para famílias da Favela do Moinho em São Paulo. Brasília, 26 jun. 2025. Disponível em: [Portal Gov.br](https://portal.gov.br). Acesso em: 8 jul. 2026.